

COUDELARIA DE ALTER DO CHÃO

Margarida Elias

Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa



Fot. Margarida Elias, 2017.

INTRODUÇÃO

A Coudelaria de Alter do Chão pertence ao Concelho com o mesmo nome, no distrito de Portalegre. A origem deste território remonta à Pré-História. Na época romana teve o nome de Abelterium, sendo esta uma povoação situada junto à estrada de Santo António.

Sob o domínio cristão, Alter do Chão foi mandada povoar por D. Afonso II (em 1216) e o primeiro foral data de 1232. Por carta de doação de 1335, D. Fernando doou a D. Nuno Álvares Pereira o «Castello, Villa e Lugar que ha chamado Alter do Chão (...), com todos os seus terrenos». Esta doação foi confirmada por D. João I em 1390 (Andrade, 1947, 123-124). O senhorio passou, deste modo, para a Casa de Barcelos e, posteriormente, para a Casa de Bragança.

A Coudelaria, situada a noroeste de Alter do Chão, foi fundada no século XVIII, altura em que aí se viveu um período de grande prosperidade (cf. Sérgio Barroso in Almeida et al., 2006, 87-88). Teresa Ribeiro referiu que esse século, «com a criação da Coudelaria e a construção de igrejas, solares e infra-estruturas (...), foi o “século de ouro” da vila» (Ribeiro, 1998, 16).

Uma coudelaria é, segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (GEPB, c. 1940, 933), um «Estabelecimento, em geral do Estado, em que se criam, aperfeiçoam, seleccionam, raças de animais, especialmente de cavalos». A Coudelaria de Alter tem particular importância porque foi «crucial na preservação da raça do cavalo lusitano», que é reconhecida desde a Antiguidade (cf. Matos in Almeida et al., 2006, 78).

HISTÓRIA

A Casa Ducal de Bragança desde sempre deu valor à equitação, mantendo uma academia para esse fim no Paço de Vila Viçosa. Contudo, foi só com D. João V (1689-1750) que houve um maior investimento neste domínio. Em 1726 já funcionava o Picadeiro Real, em Belém (Themudo, 1998, 17), cujo edifício, que hoje conhecemos, foi projectado mais tarde, já no tempo de D. Maria I, pelo arquitecto-cenógrafo italiano Giacomo Azzolini (1725-1791), em 1787.

A Coudelaria de Alter nasceu da necessidade de existir uma «estação caudélica que apoiasse as necessidades da corte» e fornecesse cavalos para a Pícaria Real (Mathias, 1985, 170; Matos, 2006, 78). A decisão de D. João V, de fundar uma Coudelaria Real, também se inscrevia na cultura da época, pois no século XVIII, a equitação era considerada como «um dos maiores luxos das cortes régias e o desporto mais favorito dos reis, príncipes e fidalgos» (Andrade, 1947, 59).

No seu início a Coudelaria apelidava-se apenas de Reais Manadas de Alter do Chão e foi criada na Coutada do Arneiro, que pertencia à Casa de Bragança desde 1461. De acordo com a tradição histórica, a data de fundação da Coudelaria é de 9 de Dezembro de 1748, quando foi emitida uma Ordem de Junta do Estado e Casa de Bragança, em nome de D. João V, dirigida à Câmara Municipal de Alter do Chão, para «providenciar a saída dos gados que apascentavam na Coutada do Arneiro», com a finalidade da futura instalação da Coudelaria (Themudo, 1998, 19).

Rui de Andrade considera que a data de 1748-1749 corresponde sobretudo à da fundação da Coudelaria de Portel (Andrade, 1947, 15). A de Alter só foi criada após a construção de um muro em volta da propriedade, entre 1749 e 1750 (Andrade, 1947, 125). Só terá começado «a funcionar em 1751, quando em Maio deste ano entraram as primeiras éguas para ele propositadamente vindas de Espanha» (Andrade, 1947, 149).

Foi no reinado de D. José I (1714-1777) que a Coudelaria de Alter ganhou maior organização, oficializada com o Regulamento das Coudelarias, de Portel e de Alter, outorgado em 1753 (Andrade, 1947, 132). A Coudelaria de Portel foi pouco depois extinta e as suas manadas foram incorporadas em Alter do Chão, no ano de 1757 (Andrade, 1947, 301). De modo a expandir a propriedade da Coutada do Arneiro, o rei mandou comprar terrenos a ela contíguos, aquisições essas efectuadas entre 1751 e 1760 (Andrade, 1947, 125 e 279).

Nesta época, a Coudelaria era denominada por *Rassas de Cavallos que se achão estabelecidas nas terras do Estado da Casa de Bragança, na Villa de Alter do Chão*¹ (Van Dijk, 1998), o que nos dá a entender que a parte edificada era ainda pouco significativa.

As construções que se fizeram, por determinação da Casa de Bragança, estavam de acordo com a «norma das *coudelarias domesticas de predomínio pastoral*; isto é, das coudelarias em que as egoas e suas crias andam em livre pastoria sob a guarda de maioraes e ajudas, recolhendo-se no tempo menos azado á pastoreação». Deste modo, foram apenas construídas cavaliariças, alpendres e alguns palheiros, bem como a quadra para as éguas, crias e poldras. Num ângulo a oeste da quadra fizeram-se duas moradas de casas térreas para os criados das manadas (Andrade, 1947, 79, 285-286).

Data desta fase um edificio denominado de “Casas Altas”, que já teve diversos usos. Começou por ser uma capela, mandada construir ainda no tempo de D. João V, mas logo foi retirada ao culto e adaptada para celeiro. Posteriormente (já na segunda metade do século XIX), foi transformada em cavaliariça (Andrade, 1947, 282-283). No final do século XVIII, aumentaram as edificações: uma cavaliariça ou quadra (tapada do Monte) para os poldros, dois estábulos e um lagar de azeite, a sul das construções principais (Andrade, 1947, 286).

Em 1807, devido às Invasões Francesas e com a deslocação da família real para o Brasil, a Coudelaria entrou numa fase de instabilidade, sendo as suas instalações vandalizadas e tendo chegado a ocorrer um roubo do ganhões Alter-Real pelas tropas napoleónicas (Themudo, 1998, 21).

¹ Entre 1793 e 1796, esse nome passou para *Raça dos Poltros de Alter do Chão*; posteriormente para *Reaes Manadas da Provincia de Alêntejo*; *Reaes Manadas de Alter do Chão* (1821-1823) (Van Dijk, 1998).

A instabilidade continuou até à queda da Monarquia, em 1910 (Matos, 2006, 78). Contudo, foram efectuadas algumas obras até à primeira metade do século XIX. Observando o mapa de 1858 de José António de Abreu, nota-se que às construções do século XVIII (“Casas Altas”, quadra e moradas para os criados), foram acrescentados outros edifícios, sobretudo, a sul da quadra, nomeadamente a Casa do Fiel, habitação de um só piso para o superintendente da Coudelaria² (que até aí residia numa casa da vila) (Andrade, 1947, 282, 285-286). Junto desta ficavam as cavalariças. A Norte da quadra, existiu um edifício de planta redonda que era o Curral, curralete, e casa da Malta, hoje desaparecidos. Mais a sul, já bastante afastado, ficava o Grande lagar e adega. Perto deste situava-se a Casa do Guarda das Tapadas.

Em 28 de Agosto de 1903, um decreto «deu às Reais Manadas a denominação oficial da Real Coudelaria de Alter», com sede na Coutada do Arneiro (Canelas, 2014, 13), o que indica que se pretendia reformar esta instituição.

Com a República, a Coudelaria foi integrada no Ministério da Guerra (Dec. 15/3/1911) e passou a designar-se por *Coudelaria Militar de Alter*. Esta foi criada «pela Lei de Remonta (dec. de 2 de Março e 26 de Maio de 1911), estabelecendo-se a sua sede na Coutada do Arneiro (...). O seu regulamento é de 1920 (*Anexo II do Regulamento para o Serviço da Remonta do Exército*)» (GEPB, 934). Nesta época, as instalações foram melhoradas e a Casa do Superintendente da Coudelaria passou a ter mais um andar (Andrade, 1947, 285-286). Entretanto, em 1915, no contexto da Primeira Grande Guerra, a Coudelaria foi utilizada «como uma espécie de depósito de remonta e enfermaria; mais tarde ainda como refúgio de cavalos semi-mobilizados» (Andrade, 1971, 27).

No ano de 1933, o Estado comprou a Coutada do Arneiro à Casa de Bragança (Andrade, 1947, 123). Em 1942, a Coudelaria passou para o Ministério da Economia, nomeadamente para a Direcção-Geral dos Serviços Pecuários. Nessa época as instalações foram novamente melhoradas e procurou recuperar-se a raça do cavalo lusitano de Alter-Real (Matos, 2006, 78).

De 1952 a 1957, a Coudelaria foi denominada por Estação de Fomento Pecuário do Sul; em 1957 tornava-se Estação de Fomento Pecuário Alto Alentejo. A Coudelaria recebeu obras de conservação e reparação, desde 1948, sendo essas obras realizadas pela

² Pela localização julgamos que essa residência ficava onde é hoje a Casa de Campo.

Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), incidindo sobretudo nos anos em que a direcção da Coudelaria coube a Manuel Leitão, i.é entre 1947 e 1972.

Muitas das construções que hoje se vêem foram modificadas ou edificadas neste período, entre as quais, um edifício usado para serviços administrativos e recepção (concluído em 1954); os edifícios a norte e nordeste da quadra, o lagar, casas adjacentes e as pocilgas.

Em 1981, a Coudelaria passou a intitular-se Estação Regional de Fomento Pecuário do Alto Alentejo (Coudelaria de Alter) e, desde 1983, apenas Coudelaria de Alter (Van Dijk, 1998). Em 1996, a direcção passou para João Costa Ferreira e data desse ano a reactivação da Coudelaria de Alter e a sua transformação em Serviço Nacional Coudélico.

Em 1997 fez-se a adaptação da Amassaria em bar e lojas. No ano de 1998, fez-se um projecto de remodelação e ampliação das instalações. Entre esse ano e o seguinte, recuperou-se a antiga cavalaria (Casas Altas), para instalação de serviços administrativos e centro de documentação, no segundo piso. Ainda entre 1997 e 1998, fez-se a ampliação da Messe (no local onde fora a Casa do Fiel). Os planos de 1997, com aval do Ministério da Agricultura, incluíam um hotel, que aproveitava as Pocilgas. Homem Themudo dizia que aqui se iria estabelecer uma pousada de turismo da Enatur para os amantes e estudiosos de cavalos (Themudo, 1998, 43). Este empreendimento não teve continuidade.

Em 1999, o edifício de cantina, armazém, ferrador, triturador e celeiro foi transformado na Cafeteria e Galeria de Exposições. As obras prolongaram-se nos anos seguintes, abrangendo, entre 2002 e 2003, arranjos na zona que envolve a messe e o picadeiro (Cf. Costa, 2003).

Em Fevereiro de 2004, a DGEMN elaborou uma Carta de Risco da Casa da Horta, um imóvel em ruínas localizado dentro da propriedade, para construir um pequeno núcleo museológico para exposição do espólio arqueológico encontrado no local.

No ano de 2007, pelo Decreto-Lei n.º 48/2007 de 27 de Fevereiro, o Serviço Nacional Coudélico foi extinto, sendo instituída a Fundação Alter Real. Em 2013, pelo Decreto-Lei n.º 109/2013 de 1 de Agosto, foi extinta a Fundação Alter Real e transferido o

património mobiliário e imobiliário da Coudelaria de Alter, assim como a sua manutenção, preservação e exploração para a Companhia das Lezírias, SA.

DESCRIÇÃO

A Coudelaria corresponde a um conjunto de edifícios que inclui centro de recepção, serviços administrativos, picadeiros, pistas, cavalariças, hospital escolar veterinário, laboratório de genética molecular, escola profissional agrícola de Alter do Chão, secção de falcoaria e galeria de exposições (Matos, 2006, 78). Alguns destes edifícios, encontram-se hoje sem ocupação, ou só raramente são utilizados

Devemos ter em atenção os diferentes imóveis que estão destinados para equipamentos de hotelaria, que correspondem a uma série de construções em torno da quadra: casa de campo; edifício dos serviços administrativos; antiga loja, museu e cafetaria; casas dos criados (Casa do Maioral) e Cocheira Velha (Casa dos Trens). Incluem ainda o edifício com lagar, a enoteca e as pocilgas.

A Casa de Campo é um edifício em L, mas a sua parte principal, mais antiga, com orientação de sul-sudeste, está localizada no lugar onde se situava, antes de 1919, a residência do superintendente e o escritório do fiel, e, posteriormente, a Messe. Foi recentemente adaptada para a finalidade de hotelaria, com 11 unidades de alojamento – para alojamento de técnicos e professores e suites de protocolos de Estado. Foi também aqui instalada a Biblioteca Manuel Leitão, homenageando o antigo Director da Coudelaria. Embora tenha sido recentemente alterada, julgamos que o edifício que existe tenha como base aquele que foi construído entre meados do Séc. XIX e alterado no início do Séc. XX (acrescento de um piso).

A fachada deste edifício está virada a sudeste. No corpo principal, que julgamos que correspondia à casa do Superintendente, vêem-se 16 janelas, seis delas de sacada (no piso nobre) e um brasão ao centro. Faz recordar uma casa senhorial alentejana tardosetecentista, como, por exemplo a Casa do Álamo, em Alter do Chão (construída em 1649 e reformada em 1732).

No canto inferior direito está um alpendre, que faz a ligação com o corpo lateral, com apenas um piso e que é actualmente a entrada do edifício. Este corpo, estamos em crer

que correspondia ao antigo armazém e escritório do Fiel. Originalmente teria uma feição mais rural, marcada ainda por uma grande chaminé de tipo alentejano, sobrepujada exteriormente por um catavento (certamente moderno) que se distingue dos demais por figurar seis cavalos e uma árvore. No que respeita aos interiores destacam-se as obras realizadas durante o Estado Novo, nomeadamente o punho do regulador de fumo da lareira, desenhado pelo arquitecto Moreira Santos, em 1958.

O antigo Edifício Administrativo, que como referimos foi concluído em 1954, tem dois pisos e, na fachada principal, é rasgado por janelas quadrangulares. Apresenta «na esquina um varandim assente em arcaria» (Matos, 2006, 78). Nessa esquina vemos um brasão com as letras AR e uma coroa, com desenho inspirado nos ferros usados durante a Monarquia Constitucional. Nas portas de entrada, as grades de ferro das janelas repetem a mesma marca, tendo sido projectadas por Moreira Santos. De notar, que é sobretudo neste edifício que se nota maior ligação ao gosto da Casa Portuguesa, que embora tenha raízes no final do século XIX, foi apropriada no Estado Novo, sobretudo para as construções de equipamento regional. Essa estilística nota-se em diversos detalhes que incluem a arcada, a varanda com grelha cerâmica e as paredes de caiçação (Fernandes, 2003, 34).

Outros edifícios destinados ao projecto Revive, situam-se em torno da quadra (ou Picadeiro), incluindo a Galeria de Exposições (apoiada por cafetaria e loja), que se situa no lugar onde foi a cantina, armazéns, ferrador, triturador e celeiro. Os edifícios que aqui existiam eram construções rurais, agora relativamente alteradas. As construções mais antigas serão as que estão a oeste e que correspondem às casas dos criados e à Casa dos Trens, que datarão possivelmente, na sua origem, do Séc. XIX. São todas elas casas de um só piso, que recordam a típica casa tradicional alentejana, caiçadas de branco, com molduras ocre nas janelas e portas.

No exterior do picadeiro, a oriente, encontra-se o Lagar. Edifício que datará do Estado Novo, onde importa realçar o interior que preserva a maquinaria destinada à produção de azeite. Embora fora do âmbito artístico, é interessante a conservação deste espaço, quer em termos etnográficos, quer em termos de história agrícola. A Enoteca mantém uma linguagem adequada à tipologia da Casa Portuguesa. Com dois pisos e paredes caiçadas de branco e ocre, tem um alpendre com colunas no piso superior.

As Pocilgas correspondem a um conjunto de construções em torno de um Pátio rectangular. Destinadas a fins pecuários, deve destacar-se a entrada para o pátio, com um arco de volta perfeita decorada com uma sequência de pequenos arcos, de inspiração árabe. De ambos os lados desse arco estão dois contrafortes e duas janelas com gradeamento cerâmico. Este conjunto insere-se ainda na tipologia rural, fazendo conjunto com outro edifício que tem uma porta de decoração idêntica, próximo do Lagar, destinado a posto de electricidade.

EPÍLOGO

Apesar de se tratar de um conjunto edificado ainda em utilização e que teve diversas fases de construção, na sua maioria de meados do Séc. XX, é um património que deve ser preservado, sendo as alterações a realizar preferencialmente apenas ao nível dos interiores, de modo a não modificar a paisagem arquitectónica.

Acresce que está incluído na Zona de Protecção da Estação Arqueológica de Alter do Chão (Dec. 28/82 de 26/2/1982). Esta questão deverá ser aqui abordada, ainda que brevemente, sendo de referir que na área da Coudelaria foram encontradas «mais de 30 ocorrências arqueológicas», na sua maioria «testemunhos (...) atribuídos as primeiras comunidades agro-pastoris» (Oliveira, 2017, 433). Após uma prospecção e escavações, dirigidas por Clara Oliveira e Jorge de Oliveira, da Universidade de Évora, foram identificados cerca de vinte arqueossítios, que «incluem sete antas, quatro ou cinco manchas de habitats neolíticos, um provável sítio calcolítico, várias sepulturas escavadas na rocha, um habitat contemporâneo desta necrópole, as ruínas de uma igreja e vários troços de calçada» (Oliveira, 2011, 45).

Os edifícios que vão integrar o projecto *Revive* são construções que como vimos aparentemente não interferem com a zona de protecção arqueológica, nem com o edifício de maior valor patrimonial, que será as “Casas Altas”. No entanto, deve-se ter em consideração a preservação do conjunto, quer sob o ponto de vista da tipologia da Casa Rural Alentejana quer da versão “Estado Novista” da Casa Portuguesa. Acresce que o projecto realizado no Estado Novo, pela DGEMN, tem uma integridade estilística que merece ser conservada, que vai até, por exemplo, a detalhes como as lanternas no antigo edifício administrativo, entre outros elementos decorativos.

Nesse sentido aconselha-se no exterior a preservação das estruturas arquitectónicas que subsistem, com excepção talvez para as alterações efectuadas em campanhas mais recentes, posteriores ao Estado Novo. Quanto aos interiores deverão ser preservados os detalhes que se inserem na tipologia arquitectónica alentejana, como é o caso dos tectos abobadados. Quanto ao mobiliário, foi-nos dito que iria ser deslocado para outros estabelecimentos. No caso de ficar algum mobiliário da campanha da DGEMN, também deverá ser preservado, uma vez que faz conjunto com a arquitectura, tendo sido projectado para este local.

BIBLIOGRAFIA

AA.VV.. c. 1940. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Lda.. Vol. VII, pp. 933-934.

ABREU, José António de. 1858. *Planta da tapada do Arneiro e das três tapadas contíguas: propriedades da Sereníssima Casa e Estado de Bragança, situadas no termo da Villa d^a Alter do Chão*. Lith. de A. S. Castro.

ALÇADA, Margarida (Dir.), *Monumentos*. Lisboa: DGEMN. n.º 8, 1998, p. 138; n.º 18, Março de 2003, p. 153.

ALMEIDA, Álvaro Duarte de, BELO, Duarte. 2006. *Portugal Património, Guia-Inventário. Portalegre -Évora*. Círculo de Leitores. Vol. VIII, p. 78.

ANDRADE, Rui de. 1947-1971. *Elementos para a história da Coudelaria de Alter*. Lisboa. 6 volumes.

Arquivo SIPA (Forte de Sacavém) - DGEMN: CAM 0496/03; CAM 0323/09; CAM 0478/07; CAM 0359/14; 0369/18; CAM 0310/05; CAM 0496/03.

CANELAS, Manuel Ferreira Prates. 2014. *Memórias agrícolas do concelho de Alter do Chão, 1851-1908*. Alter do Chão: Câmara Municipal de Alter do Chão.

CASTRO, Joaquim Machado de. 1810. *Descrição analytica da execução da estatua equestre, erigida em Lisboa à gloria do Senhor Rei Fidelíssimo D. José I*. Lisboa: Imprensa Régia. Disponível online in BND [<http://purl.pt/960>], cons. 6/12/2017.

COSTA, Patrícia. 2003. «Coudelaria Nacional / Coudelaria de Alter». *Monumentos.pt* [<http://www.monumentos.gov.pt>], cons. 29/11/2017.

DINIZ, Sofia. 2005. «Estação Zootécnica Nacional». *Monumentos.pt* [<http://www.monumentos.gov.pt>], cons. 7/12/2017.

FERNANDES, José Manuel. 2003. *Português Suave: Arquitecturas do Estado Novo*. Lisboa: IPPAR.

MARTINS, João Paulo (Coord.). 2015. *Mobiliário para Serviços Públicos em Portugal. 1934-1974*. MUDE- Museu do Design e da Moda / Caleidoscópio.

MATHIAS, Jorge. 1985. «Coudelarias». In PEREIRA, José Costa (Coord.), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Publicações Alfa. Vol. I, pp. 169-170.

OLIVEIRA, Jorge de. 2011. «Trabalhos arqueológicos na Coudelaria de Alter». *Arqueologia do Norte Alentejano – Comunicações das 3.as Jornadas*. Lisboa: Edições Colibri/C. M. Fronteira. pp. 45-61

OLIVEIRA, Jorge de. 2017. «Necrópole alto-medieval da Coudelaria de Alter». TEIXEIRA, Cláudia, CARNEIRO, André (Coord.), *Arqueologia da transição: entre o mundo romano e a Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. *Universidade de Coimbra* [<https://digitalis.uc.pt>], cons. 11/12/2017.

RIBEIRO, Teresa Casquilho. 1998. *O município de Alter do Chão nos finais do séc. XVIII. Rostos do poder concelhio*. Viseu: Palimage.

THEMUDO, M. Homem (Coord.). 1998. *Coudelaria de Alter: da fundação ao futuro: 250 anos*. Alter do Chão: Prolisipo.

VAN DIJK, Gemma. 1998. *Alter Real: 1748-1998*. Dimension 2D-3D.